

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**MÁRCIA COIMBRA PINTO**

**A REPERCUSSÃO DA INFLAÇÃO NO LUCRO DOS BANCOS**

**Porto Alegre**

**2013**

**MÁRCIA COIMBRA PINTO**

**A REPERCUSSÃO DA INFLAÇÃO NO LUCRO DOS BANCOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Leonardo Xavier da Silva

**Porto Alegre**

**2013**

**MÁRCIA COIMBRA PINTO**

**A REPERCUSSÃO DA INFLAÇÃO NO LUCRO DOS BANCOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Leonardo Xavier da Silva – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Antonio Ernani Martins Lima  
UFRGS

---

Prof. Stéfano Florissi  
UFRGS

## RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar se existe relação entre a taxa de inflação e o lucro líquido dos bancos, principalmente com a mudança de cenário econômico enfrentada pelo País após a implantação do Plano Real. São apresentados os tipos de inflação e alguns conceitos sobre políticas econômicas, divididas em política monetária, política fiscal e política cambial. Em seguida, são expostas as políticas públicas adotadas pelo governo na tentativa de reversão do quadro inflacionário brasileiro, como PROER, PROES e, principalmente, o Plano Real, além das regras estabelecidas no Acordo de Basiléia e as mudanças pelas quais o sistema bancário brasileiro passou a partir da década de 1990. Por último, a fim de alcançar o objetivo proposto, são analisados os dados referentes aos lucros líquidos dos 20 maiores bancos do País, divulgados pelo BACEN a partir do segundo semestre de 1995 até o segundo semestre de 2012, de forma a concluir sobre a possível relação em questão.

**Palavras-chave: Inflação. Plano Real. Lucro líquido dos Bancos.**

## ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze if there is a relationship between the inflation rate and the net profit of the banks, mainly in this scenario of changes in the economy that our country is facing after the implementation of the *Plano Real*. Inflation types and some concepts of economic politics are presented, divided in monetary policy, fiscal policy and cambial policy. Then, public policies adopted by the government are presented as an attempt of reversion of Brazilian inflationary situation, as *PROER*, *PROES* and the *Plano Real*, besides an exposition about the rules established in Basel Accord and the changes that the banking system has passed through in the decade of 1990. Lastly, in order to achieve the proposed objective, data related to the net profits of the 20 biggest banks of the country, released by Central Bank from the second semester of 1995 to the second semester of 2012, in order to conclude about the possible relationship in question.

**Key-words: Inflation. *Plano Real*. Net Profit of the Banks.**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRICO DA INFLAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1</b>	<b>Causas .....</b>	<b>10</b>
2.1.1	Inflação de demanda .....	11
2.1.2	Inflação de custos.....	11
2.1.3	Inflação inercial.....	12
<b>2.2</b>	<b>O comportamento da inflação no Brasil a partir de 1990.....</b>	<b>13</b>
<b>2.3</b>	<b>Consequências.....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS NO BRASIL.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>Políticas monetárias: questões fundamentais.....</b>	<b>17</b>
3.1.1	Política expansionista.....	17
3.1.2	Política contracionista.....	17
3.1.3	Emissão de moeda.....	18
3.1.4	Open Market.....	18
3.1.5	Depósitos Compulsórios.....	19
3.1.6	Taxa de redesconto.....	19
<b>3.2</b>	<b>Política fiscal.....</b>	<b>20</b>
<b>3.3</b>	<b>Política cambial.....</b>	<b>20</b>
3.3.1	Taxa de câmbio fixa.....	21
3.3.2	Taxa de câmbio flutuante.....	22
3.3.3	Bandas cambiais.....	22
<b>3.4</b>	<b>O plano Real.....</b>	<b>23</b>
3.4.1	Ajuste fiscal.....	23
3.4.2	Reforma monetária.....	24
3.4.3	Âncora cambial.....	24
3.4.4	Metas de inflação.....	26
<b>4</b>	<b>ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INFLAÇÃO E LUCRO DOS BANCOS.....</b>	<b>29</b>
<b>4.1</b>	<b>Reestruturação bancária brasileira a partir da década de 1990.....</b>	<b>29</b>

4.1.1	PROER.....	29
4.1.2	PROES.....	30
4.1.3	Acordo de Basileia.....	33
<b>4.2</b>	<b>Mudança no mercado dos bancos.....</b>	<b>34</b>
<b>4.3</b>	<b>Histórico dos lucros a partir de 1995.....</b>	<b>36</b>
4.3.1	Índice de Basileia.....	39
4.3.2	Itaú x Banco do Brasil x Bradesco.....	40
4.3.3	CEF x Safra x Citibank x Banrisul.....	43
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
	Anexo A – Comunicado nº 12746.....	51

## 1 INTRODUÇÃO

A inflação poderia ser considerada a personagem principal na economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990. Foram inúmeras as tentativas frustradas de contenção desse índice, em que o governo utilizou políticas monetárias e de criação de planos econômicos.

Com a implantação do Plano Real em 1994, a tão sonhada estabilidade de preços foi finalmente alcançada, principalmente através da ancoragem cambial. A partir desse momento, novos problemas começaram a surgir, como a crise no setor bancário.

Anteriormente à estabilização de preços, os bancos estavam acostumados a obter lucro fácil, pois conseguiam captar recursos a um custo zero ou abaixo da inflação corrente, ao mesmo tempo em que emprestavam a juros altíssimos que embutiam a inflação esperada, obtendo, assim, elevados *spreads*. Além disso, se apropriavam do chamado *floating*, que referia-se a depósitos que ficavam indisponíveis para os clientes por 72h, período em que o banco aplicava no *overnight* com rendimento de juros. Por esse motivo, os bancos eram comumente chamados de “sócios” da inflação, uma vez que eram os maiores (e talvez únicos) beneficiados por esse fenômeno econômico.

Após a redução da inflação, as instituições financeiras precisaram se adaptar ao novo cenário econômico e buscar novas formas de lucratividade. Muitas não sobreviveram ou passaram por grandes dificuldades financeiras, necessitando ser socorridas pelo governo através de programas como PROER e PROES. Outras já estavam preparadas para a possibilidade de queda da inflação e, por isso, conseguiram manter o crescimento, principalmente através da expansão das operações de crédito.

O presente trabalho tem por objetivo investigar se existe relação entre inflação e o lucro dos bancos. Para isso, será analisado o contexto da economia brasileira a partir da década de 1990, bem como os lucros divulgados pelos vinte maiores bancos que, por insuficiência de dados, serão considerados os anos de 1995 a 2012, a fim de descobrir se, nos diferentes momentos econômicos pelos quais o Brasil passou, com altas e baixas nesse índice, houve um acompanhamento no mesmo sentido pelos resultados financeiros dessas instituições ou se estas conseguiram, de alguma forma, se sobressair e manter um crescimento constante, levando em conta que o período anterior à implantação do Plano Real, por não existirem dados relativos aos lucros dos bancos, será considerado que essas instituições obtinham lucros elevados, como já noticiado em revistas, *sites* e jornais da época.

Este estudo foi organizado em três capítulos. O primeiro é dedicado a conceituar os tipos de inflação existentes, bem como analisar o histórico das taxas de inflação no Brasil,

principalmente na década de 1990, e contará com a apresentação desse índice registrado em um período mais amplo: de 1990 a 2012. Além disso, serão apresentadas suas causas e consequências. Este capítulo servirá de base para o objetivo central do trabalho.

No segundo capítulo serão descritas as políticas econômicas (monetária, fiscal e cambial) e suas aplicações no Brasil, passando a uma análise da estabilização de preços provocada pela implantação do Plano Real, que será abordado em suas três fases: o ajuste fiscal, a âncora cambial e o regime de metas de inflação.

Após a exposição desses conceitos macroeconômicos, será possível passar ao terceiro capítulo, no qual serão abordadas as políticas públicas promovidas a fim de resgatar os bancos privados e estaduais de uma possível crise após o controle da inflação, passando a uma análise comparativa entre a inflação e o lucro dos bancos no período pesquisado, utilizando-se, para isso, dados históricos disponibilizados pelo Banco Central e pelas próprias instituições.

Para finalizar o estudo, nas considerações finais será apresentada a conclusão a que se chegou a partir da possível relação entre os dados apresentados, bem como possíveis justificativas para o comportamento do lucro dos bancos diante dos diferentes índices e cenários econômicos.

## 2 HISTÓRICO DA INFLAÇÃO NO BRASIL

A inflação, amplamente conhecida por todos em nosso país, consiste no aumento persistente e generalizado do nível de preços, traduzindo-se em perda de poder aquisitivo da moeda.

A instabilidade econômica e a hiperinflação — definida como mais de 50% ao mês por Sachs e Larrain (2000) — foram marcantes antes da implantação do Plano Real, que foi criado justamente para inverter esse quadro econômico no Brasil em 1994.

Neste capítulo serão apresentadas as causas e consequências desse “mal” que até hoje assombra o país, bem como as providências tomadas pelo Governo para reverter o quadro inflacionário no período analisado.

### 2.1 Causas

Segundo Marinho (1996), existem duas correntes de estudiosos que explicam o fenômeno inflacionário: estruturalistas e monetaristas. Os primeiros afirmam que a inflação é causada por pressões do próprio sistema econômico, ou seja, certos bens não possuem oferta suficiente que corresponda a sua demanda (inflação de custos) como, por exemplo, os agrícolas. Além disso, estes estudiosos afirmam que a inflação é um fenômeno comum ao processo de desenvolvimento.

Por outro lado, os monetaristas atribuem a causa da inflação ao desequilíbrio na política fiscal (inflação de demanda), que busca cobrir o déficit governamental de três formas possíveis: emissão de moeda (senhoriagem), emissão de títulos públicos (tomando empréstimos do público) e reduzindo-se as reservas estrangeiras, sendo que para Milton Friedman fenômenos inflacionários são fenômenos monetários. As nações com déficits persistentes acabam perdendo credibilidade e encontram dificuldade para tomar novos empréstimos, possuem baixa reserva internacional e precisam recorrer ao financiamento monetário como única alternativa (SACHS e LARRAIN, 2000).

Países industrializados normalmente possuem baixas taxas e controladas de inflação, porém, países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, tendem a apresentar taxas mais altas de variação no nível de preços, normalmente medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ou pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O IPC é medido mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). A pesquisa é efetuada na cidade de São Paulo e considera o consumo de famílias que

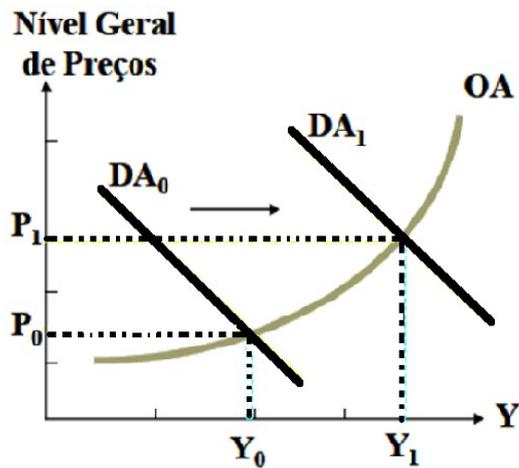
ganham entre 1 e 20 salários-mínimos.

O IPCA também é medido mensalmente, porém pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa é efetuada em 11 regiões do país e considera o consumo de famílias que ganham entre 1 e 40 salários-mínimos (GREMAUD, VASCONCELLOS, TONERO JR., 2012).

### 2.1.1 Inflação de demanda

Inflação de demanda é o aumento geral de preços (de  $P_0$  para  $P_1$ ) causado por um deslocamento da curva de demanda agregada para a direita (de  $DA_0$  para  $DA_1$ ), que leva a um excesso de demanda agregada no nível de preços inicial, fazendo com que os preços aumentem, conforme demonstrado na Figura 1 (BACHA, 2006):

**Figura 1: Inflação de demanda**



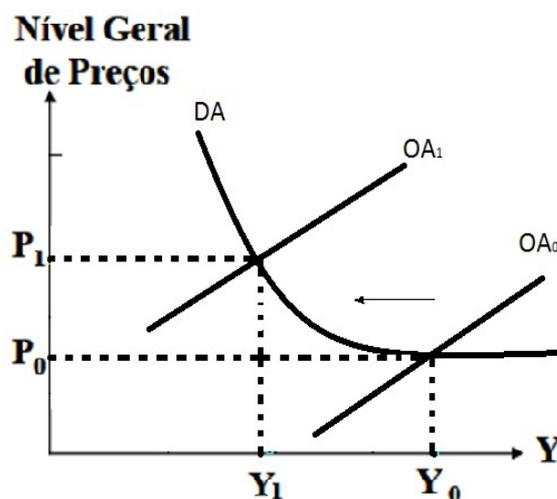
No gráfico apresentado na Figura 1,  $P_0$  representa o nível inicial de preços,  $P_1$  representa o nível de preços após o deslocamento de  $DA_0$  (demanda agregada inicial) para  $DA_1$  (demanda agregada deslocada).  $OA$  representa a curva de oferta agregada e  $Y$  representa o nível do produto.

A inflação de demanda pode ser provocada por um aumento dos gastos do governo, uma redução de impostos ou uma redução da propensão da população a poupar, pois qualquer um desses efeitos causa um deslocamento da curva de demanda agregada para a direita.

### 2.1.2 Inflação de custos

Inflação de custos é o aumento geral de preços (de  $P_0$  para  $P_1$ ), causado por um deslocamento da curva de oferta agregada para a esquerda (de  $OA_0$  para  $OA_1$ ), ocasionando em uma escassez de oferta para o nível inicial de preços, fazendo com que os preços aumentem, conforme demonstrado na Figura 2 (BACHA, 2006):

**Figura 2: Inflação de custos**



No gráfico apresentado na Figura 2,  $P_0$  representa o nível inicial de preços,  $P_1$  representa o nível de preços após o deslocamento de  $OA_0$  (oferta agregada inicial) para  $OA_1$  (oferta agregada deslocada).  $DA$  representa a curva de demanda agregada e  $Y$  representa o nível do produto.

Esse tipo de inflação pode ser provocado por pressões de salários (atuação dos sindicatos, por exemplo) e por choques de oferta (queda de produção agrícola devido a eventos climáticos ou aumento de preços nos produtos importados, por exemplo).

### 2.1.3 Inflação inercial

A inflação é chamada de inercial quando tende a se manter permanentemente no mesmo nível, sem aceleração, decorrente de mecanismo de indexação (preços do presente determinados de acordo com a inflação passada). Esse era o principal componente do

processo inflacionário brasileiro no início da década de 1990.

Alguns exemplos de mecanismos formais de indexação que causam esse tipo de inflação podem ser os contratos de aluguéis, carnês escolares e salários com contratos que preveem a indexação, de forma que os preços sejam reajustados a partir da inflação passada. Ainda podem existir mecanismos informais, que ocorrem quando as pessoas decidem aumentar os preços simplesmente porque outras pessoas o fizeram (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012).

## **2.2 O comportamento da inflação no Brasil a partir da década de 1990**

Para entender o comportamento do processo inflacionário brasileiro a partir da década de 1990, se faz necessário um breve estudo sobre o que o motivou em períodos anteriores.

No Brasil, diferentemente de outras nações, a causa principal não foi a derrota em alguma guerra. O processo teve origem em épocas imperiais, mas foi a partir da década de 1950, com a política expansionista, que ele atingiu níveis mais alarmantes. Os fenômenos mais marcantes nessa época foram a política monetária ortodoxa e o Plano de Metas do presidente Kubitschek, que visaram ao crescimento econômico deixando de lado a estabilidade de preços (MARINHO, 1996).

No início dos anos 1960, com o aumento nos gastos públicos e com a política salarial adotada, a inflação atingiu níveis crescentes, alcançando 91,9% em 1964 (maior índice até então).

A partir de 1973, com a crise internacional do petróleo, o Brasil experimentou uma forte inflação de custos, uma vez que o preço de todas as matérias-primas subiram consideravelmente, principalmente o petróleo, que tinha uma participação de 80% no consumo interno brasileiro.

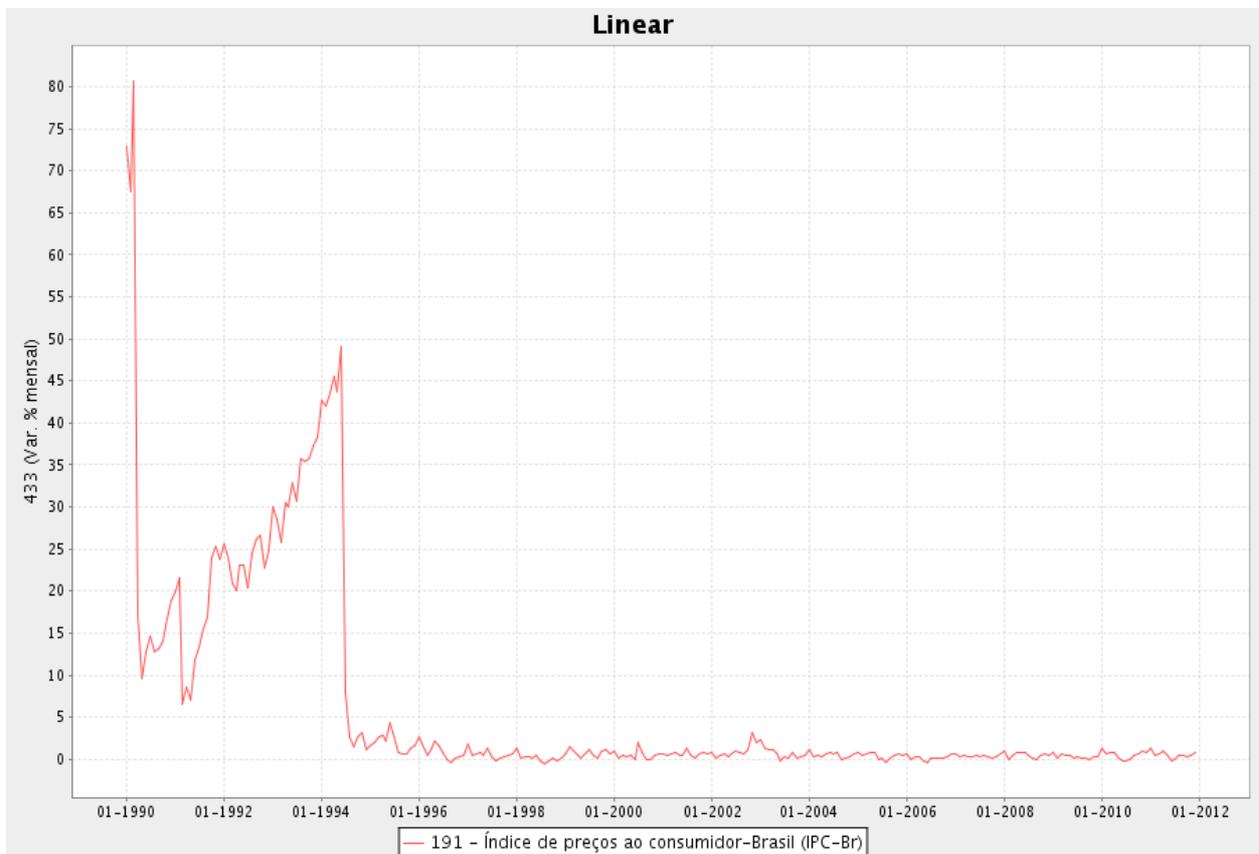
A crise do sistema financeiro internacional atingiu o país no final de 1982, levando o governo a firmar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de buscar um ajuste externo da economia. Esse ajuste gerou um aumento nos preços e uma inflação corretiva que, até 1984, resistiu a uma reversão do processo inflacionário brasileiro (MARINHO, 1996).

Na tentativa de eliminar de vez a inflação, foram criados os planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todos tiveram algum resultado momentâneo, porém nenhum obteve sucesso definitivo (MARINHO, 1996), como pode ser visto no estudo a seguir, com

índices a partir de 1990, onde ainda estava presente o fenômeno causado pelo último plano.

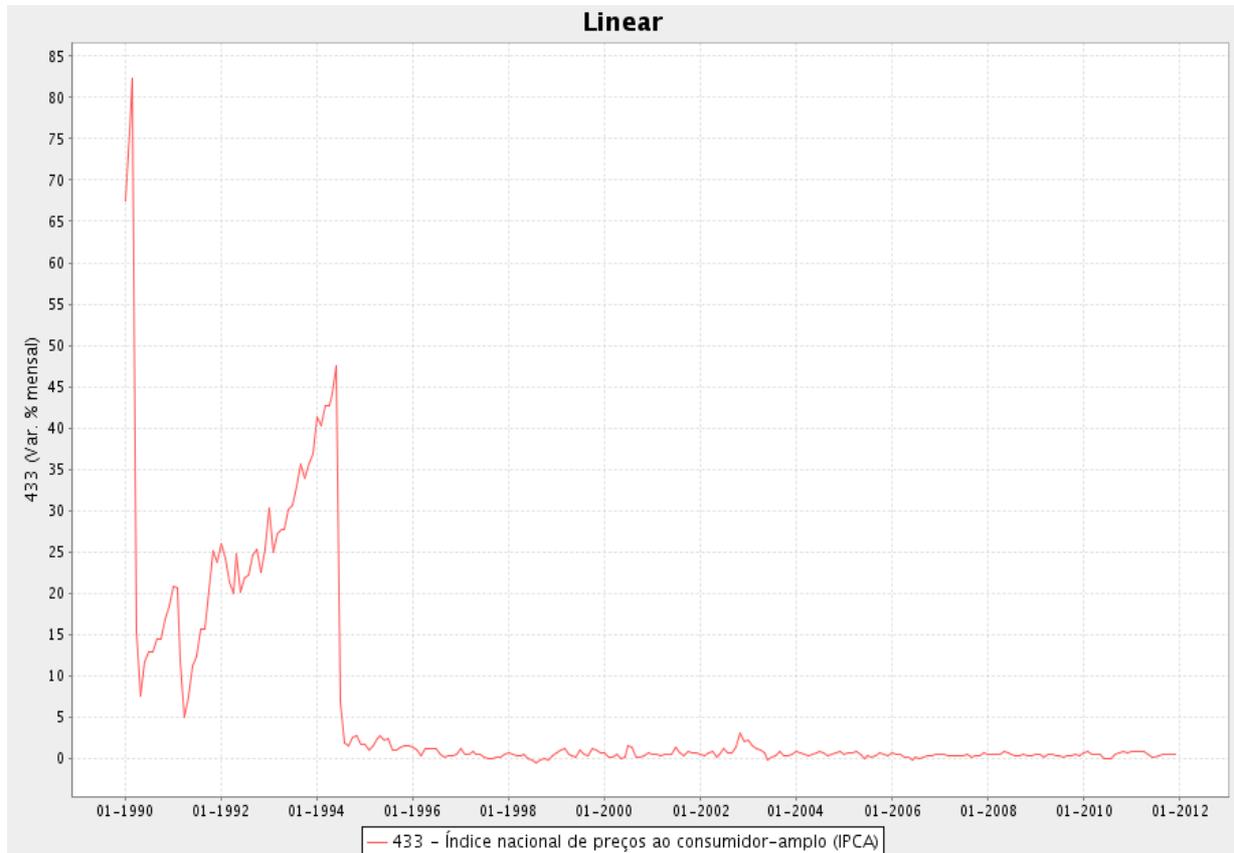
De acordo o Banco Central do Brasil (BACEN), o IPC registrado no Brasil em janeiro de 1990 foi de 72,84%. Quatro anos depois a situação ainda era grave, chegando a 49,1% em junho de 1994, momentos antes da implantação do Plano Real. A partir de julho de 1994, o índice entrou em queda, atingindo 0,66% em dezembro de 2012, final do período analisado neste trabalho. Abaixo, é possível observar o trajeto feito pelo índice de 1990 a 2012:

**Gráfico 1: IPC – 1990 a 2012**



Fonte: BACEN, 2013. Disponível em [Http://www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)

Semelhantemente ao IPC, o IPCA segue basicamente a mesma trajetória, como pode ser observado no gráfico abaixo:

**Grafico 2: IPCA – 1990 a 2012**

Fonte: BACEN, 2013. Disponível em [Http://www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)

Em janeiro de 1990, o IPCA registrado foi de 67,55%, enquanto que em junho de 1994, último mês de inflação elevada, foi de 47,43%. O valor acumulado do índice no ano de 2012 foi de 5,83%.

### 2.3 Consequências

É de grande importância o combate à inflação, uma vez que esta interfere no crescimento do país, no poder de compra dos consumidores, na distribuição de renda e influencia negativamente o equilíbrio no Balanço de Pagamentos. Além disso, pode provocar também um aumento nos custos de transação da economia.

Cabe ressaltar que a inflação não reduz por si só o poder aquisitivo real das pessoas. Em geral, a inflação de preços é acompanhada da inflação de renda, uma vez que os vendedores de bens e serviços recebem mais pelo que vendem (MANKIWI, 2005).

Uma das consequências da inflação é o custo de reduzir a quantidade de moedas em

poder do público, denominada de “custos de sola de sapato”, devido ao aumento da quantidade de vezes que a pessoa deveria ir ao banco, ou seja, é o tempo e a comodidade sacrificados para se ter menos moeda em mãos (MANKIWI, 2005). Um exemplo atual desse custo pôde ser identificado em reportagem realizada pela revista Superinteressante - “*Por que tudo no Brasil custa tão caro*” (edição 317, abril 2013) - onde constatou-se que a população brasileira não possui o hábito de poupar devido ao trauma provocado pela hiperinflação da década de 1980. Até os dias de hoje as pessoas, quando recebem seus salários, preferem gastá-los de uma vez só, como era feito antigamente para se proteger das oscilações de preços. Nesse caso, o custo da inflação para o consumidor são os juros que deixou de ganhar caso mantivesse o salário em poupança em vez de gastá-lo em um único dia, também conhecido como custo de oportunidade. Isso reflete também nos bancos, que deixam de obter recursos (lastro) para emprestar.

Outros custos citados por Mankiw (2005) são os custos de menu gerados a partir da alteração frequente de preços, maior variabilidade dos preços relativos que causa distorção na alocação de recursos da economia, alterações não-intencionais das responsabilidades tributárias decorrentes da não-indexação do código tributário, confusão e inconveniência resultantes de uma mudança na unidade de conta e redistribuições arbitrárias de riqueza entre devedores e credores.

Com a instabilidade de preços no futuro, também ocorre um efeito negativo sobre o incentivo a investir, pois os agentes terão dificuldades para prever seus retornos.

Em relação ao Balanço de Pagamentos, a inflação pode provocar fuga de capitais devido à busca da moeda estrangeira como reserva de valor, uma vez que o processo inflacionário pode obscurecer o valor da moeda nacional e da taxa de câmbio.

A distribuição de renda em uma economia pode sofrer uma distorção, pois nem todos os preços estão subindo necessariamente ao mesmo tempo. Dessa forma, se alguns preços, como por exemplo os salários de determinada categoria de trabalhadores, não acompanharem o mesmo ritmo dos demais preços, existe uma tendência de que os que alteram os preços com atraso sofram uma perda de poder aquisitivo e, de forma análoga, os grupos que conseguem se proteger desse processo com aumento salarial mais rapidamente que o aumento dos preços relativos a seus gastos podem se beneficiar (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012).

### **3 POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS NO BRASIL**

Entende-se como política econômica a intervenção do governo na economia com o objetivo de alcançar altas taxas de crescimento econômico com estabilidade de preços, além de elevados níveis de emprego. Neste capítulo serão abordadas as principais formas de política econômica: monetária, fiscal e cambial.

#### **3.1 Política monetária: questões fundamentais**

Política monetária é uma medida que visa a manter a estabilidade econômica através da atuação das autoridades monetárias, que no caso do Brasil, assim como na maioria dos países, é o BACEN, para controlar a oferta de moeda, a oferta de crédito e as taxas de juros em um sistema econômico. Essas políticas podem ser divididas em dois tipos: expansionista e contracionista.

Os instrumentos utilizados pela autoridade podem ser a emissão de moeda, a compra e a venda de títulos públicos (open market), os depósitos compulsórios e o controle da taxa de juros (taxa de desconto) (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012).

##### **3.1.1 Política expansionista**

A política monetária expansionista consiste em aumentar o dinheiro em circulação, ou seja, aumentar a oferta de moeda. Ela pode ser utilizada com o objetivo de reduzir a taxa básica de juros, estimulando investimento e crescimento da demanda agregada, bem como a diminuição do desemprego. Essa política normalmente é utilizada em períodos de recessão para aquecer a economia.

##### **3.1.2 Política contracionista**

A política monetária contracionista, logicamente contrária à expansionista, consiste em reduzir a oferta de moeda que, conseqüentemente, reduz a taxa de juros. Essa política normalmente é utilizada para controlar a inflação.

Os governantes, em geral, preferem utilizar este tipo de política longe da época de eleições, uma vez que um de seus efeitos de curto prazo é o aumento temporário de

desemprego (MANKIW, 2005), explicado através da *Curva de Phillips*<sup>1</sup>.

### 3.1.3 Emissão de moeda

O BACEN possui o monopólio sobre a emissão de papel-moeda no Brasil. É utilizada como instrumento, uma vez que um excesso na emissão pode gerar inflação e crescimento da economia, bem como a falta de emissão pode gerar deflação e recessão na economia. O controle da quantidade de moeda adequada em um país que deve ser emitida segue a equação fundamental da Teoria Quantitativa da Moeda:  $MV = PY$ , onde  $M$  representa os meios de pagamento,  $V$  é a velocidade de circulação da moeda,  $P$  é o nível de preços e  $Y$  é o produto real da economia (MANKIW, 2005).

### 3.1.4 Open Market

Um dos instrumentos de política monetária utilizado pelo BACEN para expandir ou contrair a base monetária é a compra e venda de títulos públicos, mais conhecido como Open Market, ou operações no mercado aberto (MANKIW, 2005).

Ao comprar títulos públicos, o BACEN disponibiliza mais dinheiro em circulação, estimulando o crescimento econômico. Com renda maior, há mais investimento e mais gastos por parte das famílias e empresas, gerando um aumento no Produto Interno Bruto (PIB).

O contrário também pode ocorrer: quando o BACEN decide vender títulos, parte do dinheiro em circulação é recolhido e a economia se contrai.

Esse é o instrumento mais utilizado no Brasil, onde o BACEN também é o administrador das reservas internacionais e responsável pela política cambial. Como as reservas internacionais fazem parte do ativo do BACEN, quando este adquire divisas, deve expandir uma conta do passivo. Inicialmente emite moeda, aumentando o passivo monetário e, em seguida, pode executar outras operações como a venda de títulos públicos para esterilizar a entrada dos recursos externos. Dessa forma, quando o BACEN interfere no mercado cambial, acaba afetando o volume de reservas internacionais e, conseqüentemente, a oferta monetária (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012).

---

<sup>1</sup>Equação que descreve a relação negativa entre inflação e desemprego, desenvolvida por A. W. Phillips e aperfeiçoada por Milton Friedman e Edmund Phelps. A curva original não considerava as expectativas inflacionárias e a taxa natural de desemprego. A versão reformulada da Curva de Phillips é dada por  $P_{t+1} = P_t + b(U_t - U_n)$ . (SACHS e LARRAIN, 2000).

### 3.1.5 Depósitos compulsórios

Através deste instrumento, também conhecido como Reservas Exigidas (MANKIW, 2005), o BACEN pode definir uma taxa sobre os depósitos à vista feita pela população nos bancos comerciais que devem ser enviados ao caixa do BACEN. Essa taxa pode ser modificada de acordo com os interesses da autoridade monetária, desde que para novos depósitos.

Se a intenção for de praticar uma política monetária expansionista, o BACEN pode diminuir a taxa de depósitos compulsórios. Com isso, sobra um montante maior para os bancos comerciais poderem emprestar à população, que por sua vez gastará mais e assim a economia crescerá como um todo. Empresas poderão investir mais, contratar mais empregados e aumentar os salários. As famílias, por sua vez, terão aumento de renda e consumirão mais, gerando aumento na demanda agregada (PIB).

Da mesma forma, se houver necessidade de uma contração na economia, o BACEN pode optar por aumentar a taxa de depósitos compulsórios, diminuindo a oferta de crédito dos bancos comerciais à população.

Esse instrumento foi instituído no Brasil em 1932 com a criação da Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil e é bastante utilizado, principalmente a partir da implantação do Plano Real, quando o BACEN decretou uma forte elevação das reservas compulsórias, buscando a redução da oferta de moeda e de crédito na economia (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012).

### 3.1.6 Taxa de redesconto

A taxa de redesconto é a taxa cobrada pelo BACEN para emprestar dinheiro aos bancos comerciais. Isso ocorre quando os bancos necessitam de recursos a curto prazo para cumprir compromissos e não possuem liquidez, recorrendo, em última instância, ao BACEN.

Caso o BACEN decida acelerar a economia, a taxa de redesconto é reduzida, estimulando os bancos comerciais a tomarem empréstimos do BACEN. Com isso, essas instituições tem a possibilidade de destinar menos recursos para fazer frente às reservas exigidas (MANKIW, 2005) e oferecer mais crédito à população, que por sua vez gastará mais.

Por outro lado, quando o BACEN aumenta a taxa de redesconto desencorajando os bancos de tomar empréstimos, estes se veem obrigados a destinar mais recursos para os compromissos de curto prazo, reduzindo a oferta de crédito à população. Isso gera uma

desaceleração na economia devido à diminuição dos investimentos e gastos em geral.

Com a implantação do Plano Real, o BACEN passou a incentivar a utilização desse instrumento criando a linha especial de assistência financeira, a fim de fortalecê-lo para uso na política monetária. No entanto, esse instrumento é pouco utilizado para o controle monetário no Brasil, sendo mais procurado pelos bancos apenas quando passam por grandes dificuldades financeiras, ou seja, o redesconto representa mais um socorro a bancos do que uma alternativa de fato (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012).

### **3.2 Política Fiscal**

Ao contrário da política monetária, a política fiscal não atua através da oferta de moeda, e sim através da demanda. Isso ocorre porque o governo, através do controle de seus gastos e suas arrecadações (impostos), pode afetar diretamente a demanda agregada. Um aumento nos gastos públicos também elevam o nível do produto da economia, bem como uma redução nos impostos, que estimula investimento e consumo das famílias.

Com isso, semelhantemente à política monetária, o governo pode optar por uma política fiscal expansionista ou contracionista, aumentando seus gastos (ou reduzindo impostos) ou reduzindo-os (ou arrecadando mais), respectivamente (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012).

O objetivo básico da política fiscal é promover o bem-estar da população, de forma eficiente, através de obras públicas, programas sociais e produção de bens e serviços públicos. Esses gastos são financiados pela receita tributária, que se dá através da arrecadação de impostos e taxas.

A partir da implantação do Plano Real, a política fiscal adotada pelo governo brasileiro foi contracionista, pois tinha como objetivo conter a demanda agregada a fim de controlar o processo inflacionário.

### **3.3 Política Cambial**

Para acabar com inflações altas, o governo precisa usar uma combinação eficiente de políticas monetária, fiscal e cambial. A política cambial é um conjunto de ações em que o governo utiliza a variação da taxa de câmbio para buscar um equilíbrio no mercado externo, garantindo poder de compra do país em relação aos demais com os quais mantém relações de troca (MARINHO, 1996).

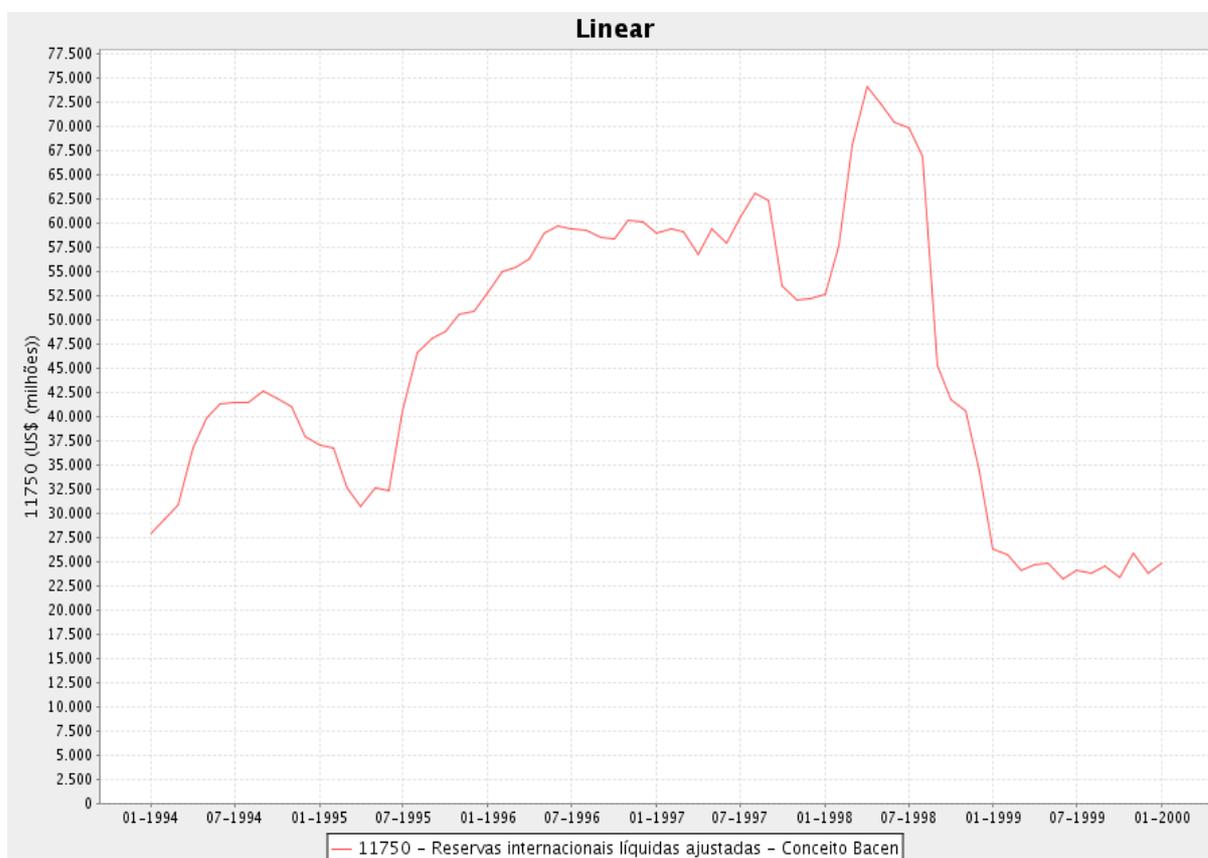
Para conduzir essa política, existem alguns instrumentos que o governo pode utilizar com diferentes finalidades, sendo os três principais a taxa de câmbio fixa, a taxa de câmbio flutuante e as bandas cambiais, que serão detalhadas a seguir.

### 3.3.1 Taxa câmbio fixa

Em um regime de câmbio fixo, o BACEN (ou qualquer autoridade monetária nacional) fixa o preço da moeda nacional em relação a uma moeda estrangeira (no caso do Brasil a moeda escolhida foi o Dólar), podendo alterá-lo a qualquer tempo.

Qualquer tentativa de tomar empréstimo do Banco Central gera aumento da base monetária, que resulta em perda de reservas, ou seja, o governo passa a financiar o déficit indiretamente por meio de redução das reservas internacionais (SACHS e LARRAIN, 2000), como pode ser verificado no Gráfico 3 abaixo, que expõe o valor dessas reservas nos anos de 1994 a 2000, período em que o país passou por diferentes regimes cambiais:

**Gráfico 3: Reservas internacionais de 1994 a 2000**



Fonte: Bacen, 2013. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>.

Sob o regime de câmbio fixo, enquanto houver reservas estrangeiras, a inflação pode ser evitada. Entre 1994 e 1995 o país teve uma significativa perda de reservas, em virtude da adoção do regime de câmbio fixo. A partir de 1998, o volume de reservas internacionais entra em queda, passando de cerca de R\$52 milhões para aproximadamente R\$23 milhões em 1999, obrigando o governo a tomar uma decisão e modificar a política adotada.

Quando o déficit orçamentário persiste período após período, as reservas estrangeiras esgotam-se, culminando no que se denomina crise do balanço de pagamentos, ou seja, um colapso no sistema de taxas fixas de câmbio quando o governo não possui mais reservas e é obrigado a depreciar a moeda ou permitir a flutuação (SACHS e LARRAIN, 2000).

### 3.3.2 Taxa de câmbio flutuante

Esse sistema cambial pode ser dividido em dois tipos: flutuação pura e flutuação suja. No primeiro caso, a taxa de câmbio flutua livremente, sem a intervenção do BACEN, respondendo aos efeitos de oferta e demanda, corrigindo instantaneamente desequilíbrios no balanço de pagamentos. Esse sistema não é adotado em nenhum país e, portanto, trata-se apenas de uma situação hipotética.

No sistema de flutuação suja, o BACEN pode intervir eventualmente, com certa limitação, no mercado cambial, apenas para evitar excessos de volatilidade da taxa de câmbio no curto prazo. Mesmo assim, a taxa de câmbio é determinada pelo mercado e não pela autoridade monetária. Essa é a política adotada atualmente no Brasil.

### 3.3.3 Bandas cambiais

É uma ação intermediária entre os extremos fixo e flutuante, onde o BACEN define um intervalo em que a taxa de câmbio pode flutuar, intervindo apenas para manter a taxa dentro dos limites estabelecidos. Pode ser dividido em dois tipos: banda rastejante e banda deslizante.

No sistema de banda cambial rastejante, o ponto central dos intervalos de variação da taxa de câmbio evolui de acordo com uma regra preestabelecida, geralmente com base na inflação passada ou na expectativa de inflação futura.

A banda cambial deslizante, por outro lado, não possui regra para evolução do ponto central, podendo reajustar-se a qualquer tempo e em qualquer medida (MODENESI, 2005).

### 3.4 O Plano Real

O Plano Real não foi simplesmente a criação de uma nova moeda. Consistiu em uma estratégia para o controle da inflação, através de um novo padrão monetário e da implantação de uma âncora cambial combinada com um ajuste fiscal. Pode ser dividido em quatro fases: o ajuste fiscal, a reforma monetária, a adoção de uma âncora cambial e a adoção ao regime de metas de inflação.

#### 3.4.1 Ajuste fiscal

A primeira fase do Plano Real, iniciada em maio de 1993 e finalizada em fevereiro de 1994, teve como objetivo o ajuste das contas públicas, que estavam completamente desarranjadas após anos de convívio com altos índices de inflação. O ajuste se fez necessário devido ao “efeito Tanzi às avessas” ou “efeito Bacha”, que definia uma relação negativa entre déficit fiscal e taxa de inflação, existente na economia brasileira. Através desse mecanismo, alcançava-se um equilíbrio nas contas públicas com a aceleração da inflação. Porém, o contrário poderia ser desastroso, uma vez que, com a contenção do processo inflacionário, o valor real das despesas do governo aumentaria, devendo ser compensado pelo ajuste fiscal.

Para o sucesso de qualquer plano de estabilização que viesse a ser adotado no país, a principal condição era o equilíbrio fiscal e, em função disso, foi implementado o Plano de Ação Imediata (PAI) em 1993 e criado o Fundo Social de Emergência (FSE) em 1994 (MODENESI, 2005)..

O PAI consistia em uma reorganização do setor público e tinha como principais medidas a redução dos gastos públicos, elevação da receita fiscal, mudanças institucionais e saneamento dos bancos estaduais e federais.

O FSE, por sua vez, foi criado devido à falta de recursos tributários para financiar gastos sociais, relacionada à promulgação da Constituição Federal de 1988, que aumentou consideravelmente o volume de receitas do governo vinculadas a gastos específicos. Com isso, criou-se um elevado nível de rigidez orçamentária, pois cerca de 80% das receitas tributárias federais deveria ser aplicada em determinados setores. O fundo tinha como objetivo reduzir a rigidez dos gastos da União, gerando a possibilidade de o governo federal obter maior liberdade para a condução da política fiscal.

A implantação desses dois instrumentos não garantiu um equilíbrio fiscal duradouro, mesmo que, no curto prazo, tenham contribuído para o ajuste das contas públicas. Com isso,

pode-se chegar a conclusão de que nesta primeira fase do plano, as medidas adotadas não foram suficientes para conter o crescimento da dívida líquida do setor público, que aumentou de 30% em dezembro de 1994 para 42% em dezembro de 1998 em relação ao PIB (MODENESI, 2005).

### 3.4.2 Reforma monetária

Após o ajuste fiscal, a fase seguinte consistiu na redução do componente inercial da inflação através de uma reforma monetária baseada na criação de uma moeda indexada.

Os formuladores dessa reforma partiram da idéia de que a inflação brasileira era fundamentalmente inercial, ou seja, a própria inflação causava inflação, uma vez que, em um cenário de inflação crônica, os agentes econômicos assumem uma posição defensiva buscando recompor o pico de seus preços e rendimento real em cada reajuste. Quando todos agem desta mesma forma, a inflação atual torna-se igual à inflação passada e tende a perpetuar-se.

Neste contexto foi criada, em março de 1994, a Unidade Real de Valor (URV), uma unidade de conta plenamente indexada, que tinha como objetivo alinhar preços relativos da economia brasileira e coordenar expectativas inflacionárias. Era calculada de acordo com a variação dos três índices de preços mais utilizados no Brasil: Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), IPC e IPCA.

Até julho de 1994, a URV era apenas uma unidade de conta quando, a partir dessa data, passou a ser uma moeda plena denominada “Real”. Com isso, a reforma monetária foi completada, podendo, então, partir para a terceira e última fase do Plano Real.

### 3.4.3 Âncora cambial

A terceira fase do Plano real durou de julho de 1994 a janeiro de 1999. Consistiu na criação de uma âncora cambial, passando também por uma rápida tentativa de adoção de metas monetárias que iniciou em julho e se extinguiu em setembro de 1994 e teve importância praticamente desprezível.

Nessa fase do Plano o governo dividiu sua política cambial em quatro etapas progressivamente mais flexíveis, cada uma delas adotando os seguintes sistemas: a) flutuação cambial; b) taxa de câmbio fixa; c) banda cambial deslizante e d) banda cambial rastejante, definidas anteriormente e com suas participações no Brasil descritas a seguir (MODENESI,

2005);

a) Flutuação cambial: Ocorreu de julho a setembro de 1994 e foi caracterizada pela não intervenção do BACEN no mercado de câmbio, que permitiu sua flutuação. O real acabou se valorizando excessivamente devido ao forte influxo de capital externo decorrente de uma situação de excesso de liquidez internacional.

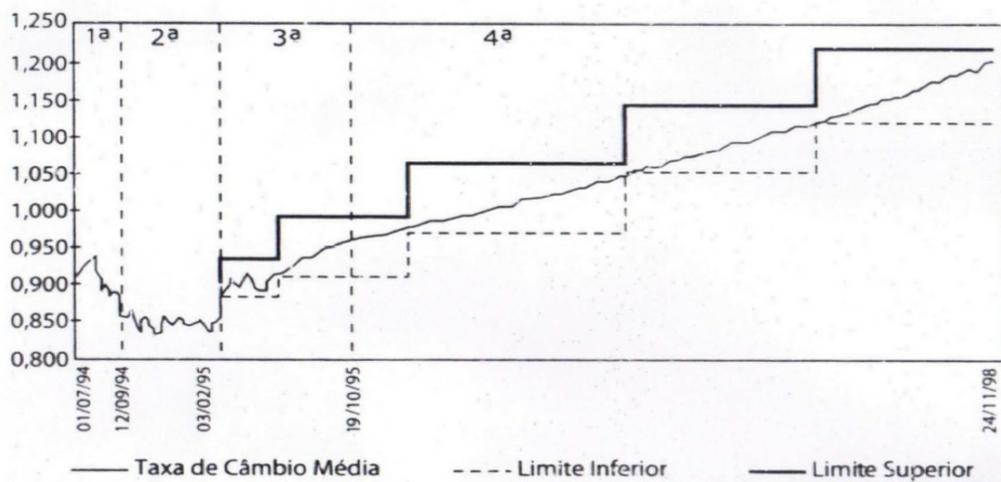
b) Taxa de câmbio fixa: Esta etapa corresponde ao período de outubro de 1994 a fevereiro de 1995 e foi marcada pela estabilidade da taxa de câmbio nominal de R\$0,84/US\$1,00.

c) Banda cambial deslizante: Iniciou em março de 1995 com a desvalorização do real, pelo BACEN, em 5% devido à redução do estoque de reservas internacionais (gráfico 3), passando a adotar uma banda larga de flutuação para a moeda nacional, além da elevação das tarifas de importação de alguns produtos.

d) Banda cambial rastejante: A última etapa da política cambial adotada no Plano Real durou de outubro de 1995 até janeiro de 1999. Neste período, o regime monetário foi novamente flexibilizado e as desvalorizações do real atingiram cerca de 0,6%a.m.. Como visto anteriormente, com o esgotamento das reservas estrangeiras o país enfrentou um colapso no balanço de pagamentos e, com isso, o BACEN se viu obrigado a abandonar o regime de câmbio fixo, permitindo a flutuação em janeiro de 1999 que permanece até os dias atuais (2013).

No gráfico 4 é possível observar as diferentes etapas da política cambial no país. Como se pode ver, a distância entre o limite superior e o limite inferior foi aumentando ao longo dos anos, bem como a taxa de câmbio:

**Gráfico 4: Etapas da política cambial – 1994 a 1998**



Fonte: Modenesi, 2005

#### 3.4.4 Metas de Inflação

O regime monetário de metas de inflação consiste basicamente em uma estratégia baseada no anúncio de uma meta para inflação, no compromisso com a estabilidade de preços e na transparência da condução da política monetária. Para evitar o *viés inflacionário*<sup>2</sup>, o BACEN delega a condução da política monetária a um agente independente, mantendo-se, desta forma, a credibilidade e reputação da autoridade monetária (MODENESI, 2005).

Essa política tem a vantagem de possibilitar o uso da política monetária para definir, por exemplo, o nível da taxa de juros, do desemprego ou dos preços. Modenesi (2005) ainda cita outras vantagens, como: maior flexibilidade da política monetária, possibilitando a absorção de choques; considera toda a informação disponível sobre o estado atual da economia; ao reduzir o papel das metas intermediárias, não supõe a existência de uma relação estável entre estas e o objetivo final da política monetária (inflação); torna a condução da política monetária transparente e com credibilidade e é facilmente entendida pelo público, o que torna a política ainda mais transparente.

Por outro lado, existem as desvantagens: existe a possibilidade de causar um aumento da instabilidade do produto; pode causar uma redução do crescimento econômico; o

<sup>2</sup> Quando a autoridade monetária é incentivada a trair e não seguir a política anunciada, na presença ou ausência de credibilidade. Isso ocorre quando a política monetária é conduzida discricionariamente (MODENESI, 2005).

desempenho da política pode ser comprometido pela dificuldade de prever a inflação e de definir a meta; a inflação não é controlada diretamente pelo BACEN; não evita dominância fiscal e a flexibilidade da taxa de câmbio requerida pelo regime pode ocasionar em uma crise financeira (MODENESI, 2005).

Em julho de 1999, o Brasil adotou formalmente o regime de metas de inflação, já adotado em outros países há cerca de 10 anos. As metas são definidas para os dois anos seguintes pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através de proposta do Ministro da Fazenda, cabendo ao BACEN cumpri-las, utilizando-se, para isto, as taxas de juros como principal instrumento, ou qualquer outro meio necessário de política monetária.

A meta definida possui um intervalo de tolerância de 2%, para mais ou para menos. Caso não seja cumprida, o presidente do BACEN deve enviar uma Carta Aberta ao Ministro da Fazenda explicando as causas do não cumprimento, as medidas a serem adotadas para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos e o período necessário para que isso ocorra (DECRETO nº 3088). Além disso, o BACEN passou a divulgar, trimestralmente, um “Relatório de Inflação”, o qual apresenta o desempenho do sistema de metas, os resultados das decisões anteriores de política monetária e uma avaliação futura de inflação, tornando, assim, mais transparente o sistema de metas para o público. O índice utilizado como parâmetro é o IPCA (FORTUNA, 2011).

Na Tabela 1 são apresentadas as metas definidas pelo CMN nos anos de 1999 a 2014:

**Tabela 1: Metas de inflação – 1999 a 2014**

Ano	Meta (%)	Inflação efetiva (IPCA %)	Ano	Meta (%)	Inflação efetiva (IPCA %)
1999	8,0	8,94	2007	4,5	4,45
2000	6,0	5,97	2008	4,5	5,90
2001	4,0	7,67	2009	4,5	4,31
2002	3,5	12,53	2010	4,5	5,90
2003	4,0	9,30	2011	4,5	6,50
2004	5,5	7,60	2012	4,5	5,83
2005	4,5	5,69	2013	4,5	-
2006	4,5	3,14	2014	4,5	-

Fonte: BACEN, 2013. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>; IBGE

Com isso, pode-se afirmar que o Plano Real teve êxito em seu principal objetivo: a

estabilidade de preços. Apesar de a meta de inflação não ter sido cumprida nos anos de 2001, 2002 e 2003, o governo vem conseguindo cumprir a política econômica anunciada, combinando de forma eficiente os instrumentos de política monetária, fiscal e cambial, gerando credibilidade e estabilidade econômica.

Essa estabilidade alcançada no país, bem como a credibilidade do governo, afetam diretamente a atividade bancária. Por um lado, com a inflação controlada, os bancos precisaram mudar o foco de suas atividades, passando a atuar mais fortemente nas operações de crédito que, com a possibilidade de fazer previsões sobre juros e situações econômicas futuras, foram viabilizadas com prazos de financiamentos mais longos.

## 4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INFLAÇÃO E LUCRO DOS BANCOS

### 4.1 Reestruturação bancária brasileira a partir da década de 1990

A hiperinflação que existia no Brasil até 1994 fez com que o mercado financeiro se especializasse em especular com títulos públicos, em vez de dar suporte ao financiamento à produção, que deveria ser um dos principais papéis de uma instituição financeira. Com a estabilização da moeda, após a criação do Plano Real, diversas instituições que dependiam da inflação para seus ganhos tiveram dificuldades para manter suas operações.

Para evitar uma crise econômica, o governo interveio criando políticas públicas como, por exemplo, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na atividade Bancária (PROES). Além disso, o BACEN precisou ser mais rigoroso com as instituições financeiras, aderindo a normas internacionais, como o Acordo de Basiléia.

#### 4.1.1 PROER

O PROER foi um programa implementado no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso para a recuperação de instituições financeiras que passavam por problemas de caixa e corriam o risco de “quebrar”, o que geraria uma crise econômica. O pacote incluiu uma profunda reestruturação regulatória, a criação de mecanismos como seguro de depósitos (Fundo Garantidor de Crédito) e mudanças em diversas legislações, a fim de assegurar a liquidez e solvência do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e resguardar os interesses de depositantes e investidores.

Diversos incentivos foram concedidos a essas instituições, como o reconhecimento pelo BACEN de 100% de seus créditos contra a União, hoje conhecidos como “moedas podres”, utilizadas em leilões de privatização; a permissão para que, no balanço da instituição adquirida, pudessem ser lançados como prejuízos os créditos incobráveis ou de difícil recuperação. Esses prejuízos poderiam ser abatidos em até 30% do lucro anual no imposto de renda da instituição resultante da fusão ou aquisição; a criação de linhas de créditos subsidiadas para financiar programas de redução de custos das instituições resultantes da fusão (FORTUNA, 2011).

Apenas bancos privados foram enquadrados no programa: Banco Nacional, Banco Econômico, Bamerindus, Mercantil de Pernambuco, Banorte, Pontual e Crefisul.

Todas essas instituições foram vendidas ou liquidadas, como se verifica no quadro abaixo:

**Quadro 1 : Situação atual dos Bancos beneficiados pelo PROER**

<b>Banco</b>	<b>Situação</b>
Banco Nacional	Adquirido pelo Unibanco em 1995
Banco Econômico	Quebrou em agosto de 1995 e foi fechado. Posteriormente foi reaberto sob o controle do Banco Excel
Bamerindus	Liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central em 26.03.1997 e adquirido pelo HSBC
Banco Mercantil de Pernambuco	Adquirido em 1996 pelo Banco Rural
Banorte	Adquirido pelo Banco Bandeirantes em 1998 que por sua vez foi adquirido pelo Unibanco.
Pontual	Transferido em 30.10.1998 para o BCN
Crefisul	Liquidado pelo Banco Central em 23.03.1999

Fonte: BACEN, disponível em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), 2013.

O programa foi extinto em 2001 devido à criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que proibiu aporte de recursos públicos para saneamento do Sistema Financeiro Nacional. Mesmo assim, foi possível sentir suas consequências com a crise de 2008, em que o sistema bancário enfrentou relativamente bem o colapso financeiro mundial.

Apesar do prejuízo auferido pelo governo estimado em mais de R\$20 bilhões até 1997 (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012), o programa foi de extrema importância, não só pelo resultado alcançado em relação aos bancos, mas principalmente pelo fato de que, se essas instituições quebrassem, grande parte da poupança dos brasileiros iria desaparecer, gerando uma diminuição da demanda agregada, que acarretaria em uma grande crise econômica.

#### 4.1.2 PROES

O sistema de instituições financeiras estaduais foi constituído, principalmente, entre as décadas de 1920 e de 1970. O objetivo central dos Estados era de se apropriarem do chamado imposto inflacionário, que geraria altos lucros devido ao processo inflacionário pelo qual o país passava.

Com o controle da inflação, os bancos estaduais foram ainda mais afetados do que os privados, devido a suas características de custos e operações de crédito, pois dependiam de recursos de natureza oficial, como depósitos de governos e repasses de instituições oficiais. Por causa dessa fragilidade, foi criado em 1996, através da Medida Provisória nº 1514, o PROES, com a finalidade de sanear o sistema financeiro público estadual.

O objetivo do programa era reduzir o número de instituições financeiras controladas pelos governos estaduais e controlar o deficit público, uma vez que os credores dos bancos eram os próprios Estados. Isso levou a um ponto em que suas receitas eram fictícias, decorrentes da simples contabilização da rolagem dessas dívidas que não eram pagas. Com a estabilização de preços e a queda na receita inflacionária esta situação crítica veio à tona.

A adesão ao programa era voluntária e o governo poderia escolher a modalidade de participação. Receberiam 100% dos recursos necessários para saneamento dessas instituições e, em troca, teriam que adotar uma das seguintes estratégias para seus bancos: transferência de controle para o Governo Federal (para futura privatização); liquidação; privatização (representou a principal estratégia) ou transformação em uma agência de desenvolvimento. Caso optassem pelo simples saneamento, receberiam apenas 50% dos recursos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012).

Apenas quatro unidades da federação não aderiram ao PROES: Mato Grosso do Sul, Tocantins, Paraíba e Distrito Federal. Os dois primeiros por não possuírem instituições financeiras sob seu controle e os demais por não manifestarem interesse em participar do programa.

O resultado desse programa foi, das 64 instituições financeiras estaduais existentes em 1996, 41 foram extintas, privatizadas ou transformadas em agência de desenvolvimento. Isso gerou a primeira grande transformação no sistema bancário nacional, que foi o aumento da concentração do setor (SALVIANO JR., 2004).

No quadro 2 pode ser verificada a situação dos bancos que fizeram parte deste programa no ano de 2011:

**Quadro 2: Situação atual dos bancos beneficiados pelo PROES**

<b>Instituição</b>	<b>Situação</b>
Bandepe	Privatizado, adquirido por ABN AMRO
Baneb	Privatizado, adquirido por Bradesco
Banerj	Privatizado, adquirido por Itaú (sem recursos do PROES)
Banestado	Privatizado, adquirido por Itaú
Bemge	Privatizado, adquirido por Itaú
Credireal	Privatizado, adquirido por BCN/Bradesco
Paraiban	Privatizado, adquirido por ABN AMRO
Banespa	Privatizado, adquirido por Santander (sem recursos do PROES)
BEA	Privatizado, adquirido por Bradesco
BEG	Privatizado, adquirido por Itaú
BEC	Privatizado
BEM	Privatizado
Produban	Extinto
Banap	Extinto
Bemat	Extinto
Banacre	Extinto
Baner	Extinto
Beron	Extinto
Nossa Caixa	Federalizado
BEP	Federalizado
BESC	Federalizado
Banpará	Saneado e continua em operação
Banrisul	Saneado e continua em operação
Banese	Saneado e continua em operação
Banestes	Saneado e continua em operação
BRB	Não utilizou o PROES e continua em operação

Fonte: FORTUNA (2011)

Em suma, o PROES, apesar de seus benefícios incontestáveis como as privatizações e liquidações, também gerou críticas, pois o restante das instituições ainda podem passar pelos mesmos problemas que motivaram a criação do Programa (SALVIANO JR., 2004).

#### 4.1.3 Acordo de Basiléia

Em busca de uma maior solidez ao sistema bancário, o governo passou a adotar medidas mais restritivas interferindo nas operações bancárias. Neste sentido, o Brasil aderiu, em agosto de 1994, ao Acordo de Basiléia, instrumento criado pelos bancos centrais do G10 em 1988 em Basiléia (Suíça), que tinha como objetivo central criar exigências mínimas de capital que deveriam ser seguidas pelos bancos comerciais, além de mecanismos de mensuração de risco de crédito. No Brasil, o índice de solvabilidade<sup>3</sup> adotado foi de 11%, ou seja, mais conservador que o recomendado por Basiléia I que seria de 8% (MENDONÇA; ANDRADE, 2006). No entanto, não foi suficiente para evitar diversas falências de instituições financeiras na década de 1990 no Brasil.

Um novo documento foi criado a partir da revisão do primeiro: o Acordo de Capital de Basiléia II (ou apenas Basiléia II), assinado em 2004. Além dos vinte e cinco princípios básicos sobre contabilidade e supervisão bancária, baseia-se em três pilares (Capital, Supervisão e Transparência e Disciplina de Mercado).

O primeiro pilar (já existente no acordo original), Requerimento mínimo de Capital, diz respeito a ter capital suficiente para fazer frente aos riscos assumidos. O segundo pilar, Supervisão bancária, prevê que a adoção de boas práticas de gerenciamento de riscos pelos bancos deve ser verificada pelos reguladores. O terceiro pilar, Transparência e Disciplina de Mercado, acrescenta também a necessidade de demonstração efetiva, por parte das instituições, de transparência e melhor comunicação com o mercado em que atua (FEBRABAN).

No quadro 3 é possível identificar as principais diferenças entre o acordo original e sua revisão:

---

3 O índice de solvabilidade é a Exigência de Patrimônio líquido Exigível ajustado à estrutura de ativos da instituição financeira.

**Quadro 3 : Basiléia I x Basiléia II**

Basiléia I (1988)	Basiléia II (2004)
O regulador estabelece regras e fórmulas a serem adotadas por todo o mercado, atribuindo-lhe uma única forma de mensuração de risco.	Mais ênfase nas metodologias internas dos bancos, revisão pelo regulador e disciplina de mercado.
O regulador deve determinar as regras de como a gestão do risco deve ser conduzida pelas instituições, que possuem o papel passivo de reproduzi-las, de forma inelástica, em suas dependências.	Flexibilidade, diversos métodos de mensuração, incentivos para uma melhor administração de risco.
Acreditava-se que a alocação de capital pudesse cobrir os riscos de forma ampla, e que revisões acomodariam as evoluções do mercado (como aconteceu com o risco de mercado).	Mudança no enfoque de apenas alocar capital, dando relevância também ao gerenciar e mitigar riscos.

Fonte: MENDONÇA; ANDRADE (2006)

A implantação no Brasil das regras do Basiléia II se deu de forma gradual a partir da manifestação do BACEN através do Comunicado 12.746, de 9 de dezembro de 2004 (Anexo A), onde estabeleceu um cronograma com as fases de implantação da nova estrutura de capital. Esse cronograma sofreu algumas alterações em função da crise de 2008 como, por exemplo, a etapa que previa as autorizações para que os bancos pudessem realizar avaliações através de modelos internos para mensuração de risco de mercado, que estava prevista para 2009 e foi adiada para 2010. A última etapa, inicialmente prevista para 2011, tem previsão de ser finalizada em junho de 2013 (FORTUNA, 2011).

Algumas mudanças estão sendo introduzidas ao Basiléia II, com um cronograma previsto para finalizar em 2018. Esse conjunto de mudanças, que não chega a ser um novo acordo, é também conhecido como Basiléia III, e possui propostas mais rigorosas em relação à métrica utilizada em Basiléia II (ANBIMA, 2010).

A implementação das regras do Acordo de Basiléia afetou diretamente a economia monetária, uma vez que interferem nas taxas de juros e na oferta de crédito que, como visto anteriormente, influenciam os gastos e investimentos da população e, conseqüentemente, a expansão ou contração da demanda agregada.

#### **4.2 Mudanças no mercado dos Bancos**

Como visto anteriormente, a partir da estabilização da inflação com a implantação do Plano Real, os bancos caminhavam rumo a uma crise econômica. Após a execução das

políticas de reestruturação (PROER e PROES), além das privatizações, houve mudanças na estrutura regulatória que facilitaram a presença de bancos estrangeiros atraindo capital para este setor como, por exemplo, a equiparação do capital exigido para constituição do banco.

Em 23 de agosto de 1995 o governo publicou a carta de exposição de Motivos nº311 por meio da qual divulgou interesse e criou a base legal para a entrada de capital estrangeiro no sistema bancário. Os principais argumentos para a entrada de bancos estrangeiros foram: ampliação da concorrência, maior solidez dos bancos, maior eficiência, necessidade de capitalização dos bancos brasileiros, etc.

Com todas essas modificações, o sistema bancário passou por uma grande transformação em sua estrutura, como a diminuição do número de instituições bancárias, um aumento na participação de bancos estrangeiros e uma diminuição por parte dos bancos estaduais e, conseqüentemente, um aumento da concentração no mercado dos bancos, que passou de 230 instituições em 1996 para 164 em 2004 (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2012).

No quadro 4 é possível observar as principais fusões e aquisições ocorridas no Brasil após a implantação do Plano Real, incluindo os bancos já citados nos itens 4.1.1 e 4.1.2:

**Quadro 4: Principais fusões e aquisições bancárias pós Plano Real**

<b>Instituição vendida</b>	<b>Instituição compradora</b>	<b>Data</b>
B. Nacional	<b>B. UniB</b>	Nov/1995
B. Econômico	<b>B. Excel</b>	Abr/1995
B. Mercantil	<b>B. Rural</b>	Mai/1996
B. Banorte	B. Bandeirantes	Jun/1996
B. Martinelli	<b>B. Pontual</b>	Ago/1996
B. United	<b>B. Antonio Queiroz</b>	Ago/1996
B. Bamerindus	HSBC	Abr/1997
BaneRJ	Itaú	Jun/1997
Credireal	BCN	Ago/1997
B.G. De Comércio	Santander	Dez/1997
Noroeste	Santander	Dez/1997
Meridional	<b>Bozano, Simonsen</b>	Set/1998
BCN	Bradesco	Jun/1998
Dibens	Santander	Jun/1998
Baneb	Bradesco	Jun/1998

<b>Instituição vendida</b>	<b>Instituição compradora</b>	<b>Data</b>
Bandepe	ABN Amro	Nov/1998
B. Real	ABN Amro	Jun/1999
Pontual (BCN)	Bradesco	Dez/1999
Credibanco	Unibanco	Jun/2000
Banestado	Itaú	Out/2000
Banespa	Santander	Nov/2000
Bandeirantes	Unibanco	Dez/2000
Paraiban	ABN Amro	Nov/2001
BEG/Goiás	Itaú	Dez/2001
BEA/Amazonas	Bradesco	Jan/2002
Mercantil de SP	Bradesco	Jun/2003
BBA Creditanstalt	Itaú	Set/2002
Bilbao Vizcaya	<b>Bradesco</b>	Jun/2003
Sudameris	ABN Amro	Dez/2003
BEM/Maranhão	<b>Bradesco</b>	Fev/2004
Lloyds Bank	<b>HSBC</b>	Mar/2004
Bankboston	Itaú	Set/2006
Unibanco	<b>Itaú</b>	Dez/2008
ABN Amro	<b>Santander</b>	Dez/2008

Fonte: RIBEIRO; TONIN, 2010, p. 6.

De um total de 35 bancos em 1990, resultaram em apenas 11 (em destaque) até 2008 (considerando que bancos adquirentes foram também adquiridos posteriormente). Com isso, fica evidente a alta concentração bancária.

### 4.3 Histórico do lucro dos bancos

Para mensurar a repercussão da inflação no lucro dos bancos, faz-se necessária a apresentação desses dados referentes ao período analisado. Em virtude de o BACEN disponibilizar os dados apenas a partir de 1995, a análise deverá se basear nesse período. Seguem abaixo os 20 bancos com os maiores lucros registrados no 2º semestre de 2012, sendo que os valores foram deflacionados pelo IGP-DI com data base final de dezembro de 2012:

**Tabela 1: Os 20 bancos que mais lucraram em 2012/2**

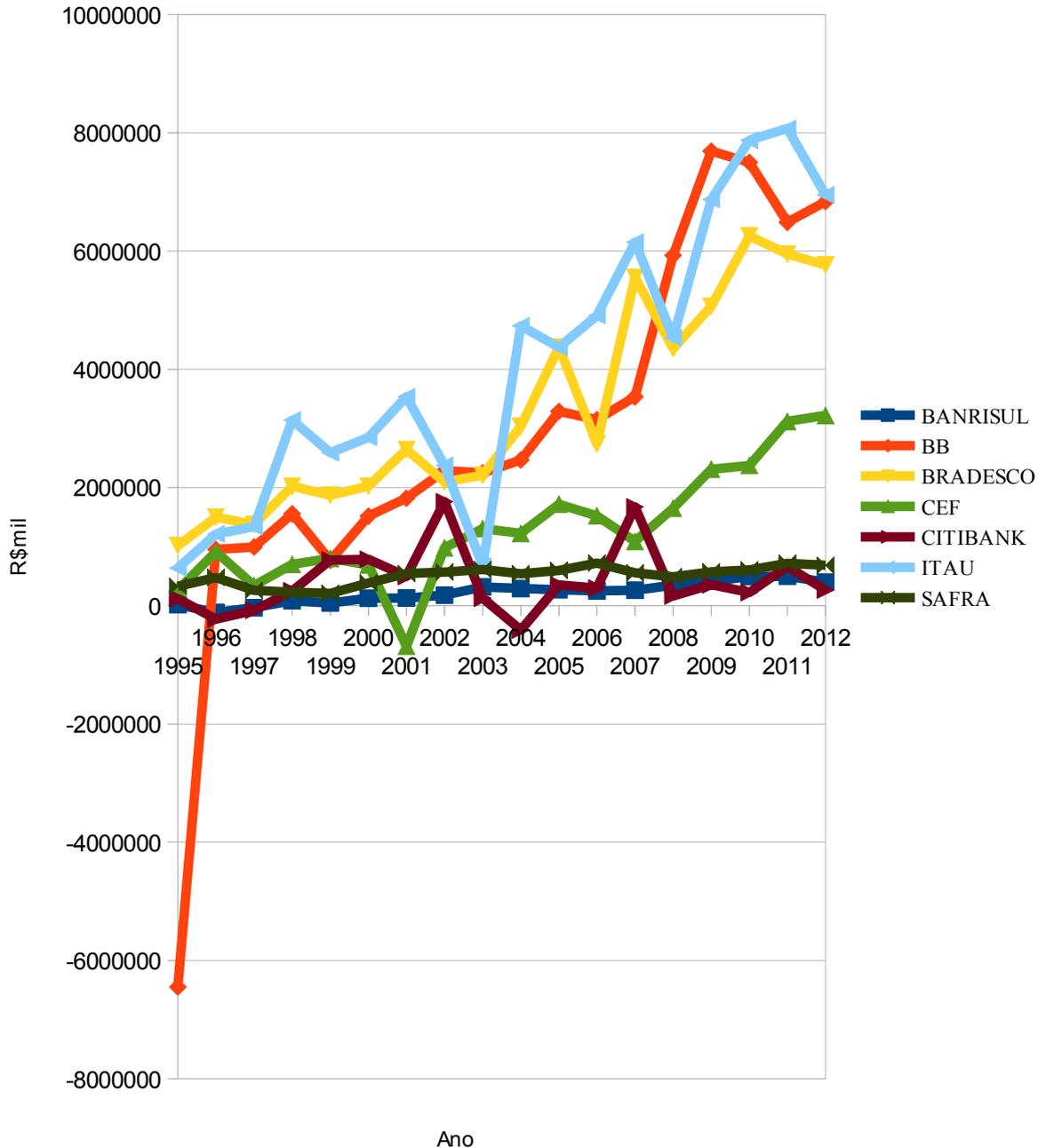
<b>Instituições</b>	<b>Lucro líquido (R\$mil)</b>
<b>ITAU</b>	<b>R\$ 6.948.886,00</b>
<b>BANCO DO BRASIL (BB)</b>	<b>R\$ 6.835.222,00</b>
<b>BRADESCO</b>	<b>R\$ 5.763.247,00</b>
BNDES	R\$ 5.439.984,00
<b>CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CEF)</b>	<b>R\$ 3.219.706,00</b>
SANTANDER	R\$ 1.347.324,00
BTGPACTUAL	R\$ 1.100.552,00
<b>SAFRA</b>	<b>R\$ 684.223,00</b>
HSBC	R\$ 622.052,00
<b>BANRISUL</b>	<b>R\$ 399.006,00</b>
CREDIT SUISSE	R\$ 344.865,00
<b>CITIBANK</b>	<b>R\$ 266.663,00</b>
BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	R\$ 262.357,00
BCO DAYCOVAL S.A	R\$ 180.906,00
BNP PARIBAS	R\$ 132.395,00
J.MALUCELLI	R\$ 130.908,00
BCO CSF S.A.	R\$ 118.834,00
ABC-BRASIL	R\$ 114.695,00
BCO CLASSICO S.A.	R\$ 101.541,00
BRB	R\$ 100.319,00

Fonte: BACEN, 2013. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>

A partir dessa lista, foram selecionados os 7 bancos em destaque para uma análise mais detalhada, ano a ano, devido ao fato de terem ficado entre os 12 primeiros em 2012 e terem se mantido entre os 50 primeiros desde 1995.

Para possibilitar uma visão geral da trajetória do lucro desses bancos, foram elaborados, inicialmente, o gráfico 5 e posteriormente, os gráficos 6 e 7, onde foram divididos em 2 grupos para melhor compreensão dos dados:

Gráfico 5: Lucro líquido dos bancos analisados – 1995 a 2012



Fonte: BACEN, 2013. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>

A partir desse gráfico, pode-se concluir que alguns bancos apresentaram prejuízos em determinado momento, outros tiveram pouca oscilação e os demais apresentaram uma trajetória ascendente em relação ao lucro líquido no período. Cada uma dessas situações será

analisada nas seções seguintes.

#### 4.3.1 Índice de Basileia

Em complementação ao assunto já abordado neste capítulo relativamente ao Acordo de Basileia, serão apresentados os índices de Basileia adotados pelos 7 bancos analisados.

Conforme definição do BACEN:

*“índice de Basileia (índice de adequação de capital): Conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido – PRE).”*

No Brasil, o índice mínimo admitido é de 11% (item 4.1.3) para instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, exceto cooperativas de crédito não filiadas a cooperativas centrais de crédito, e de 15% para cooperativas de crédito singulares não filiadas a cooperativas centrais de crédito.

Todas as instituições em questão – Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, CEF, Safra, Citibank e Banrisul – apresentaram esse índice acima do recomendado desde 2001, conforme valores apresentados na tabela 2:

**Tabela 2: Índice de Basileia por I.F. - 2001 a 2011**

Instituições	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
BANRISUL	14,79%	12,48%	16,69%	17,52%	18,22%	20,16%	26,04%	20,09%	17,45%	15,50%	16,80%	18,30%
BB	12,61%	12,16%	13,65%	15,14%	17,06%	17,25%	15,58%	15,55%	14,04%	14,70%	14,50%	15,10%
BRADESCO	15,22%	17,89%	19,85%	18,75%	17,26%	18,76%	15,65%	16,93%	17,75%	15,10%	15,00%	16,20%
CEF	13,56%	14,68%	19,24%	20,27%	27,87%	25,29%	28,88%	20,63%	17,49%	15,40%	13,30%	13,00%
CITIBANK	12,73%	19,19%	20,85%	14,78%	12,33%	12,87%	14,52%	16,18%	15,70%	13,80%	16,30%	15,60%
ITAU	18,27%	17,05%	20,22%	20,06%	16,66%	18,30%	18,74%	16,13%	16,99%	15,80%	16,00%	18,10%
SAFRA	12,91%	16,69%	15,59%	15,44%	13,08%	12,44%	12,58%	14,68%	16,05%	14,10%	12,90%	13,70%

Fonte: BACEN, 2013. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>

Além do cumprimento por parte de todas essas instituições, o Banrisul e a CEF atingiram os maiores índices em 2007: 26,04% e 28,88%, respectivamente. Isso denota uma certa preocupação, tanto por parte das instituições, quanto por parte do BACEN, em atender

às regras estabelecidas no acordo, gerando maior segurança para o sistema bancário, mesmo que, por outro lado, a instituição acabe abrindo mão de lucros ainda maiores.

#### 4.3.2 Itaú x Banco do Brasil x Bradesco

O Banco Itaú foi fundado em 1943 na cidade de São Paulo, época em que ainda era chamado de Banco Central de Crédito (ITAÚ, 2013). Analisando a evolução de seu lucro líquido no período de 1995 a 2012, percebe-se uma tendência crescente, garantindo sempre as primeiras posições entre os maiores bancos. No ano de 1995, o banco alcançou um lucro líquido de aproximadamente R\$637 milhões, passando para quase R\$7 bilhões em 2012, ou seja, obteve um crescimento aproximado de 1098% em 18 anos.

O mesmo pode ser dito do Bradesco, fundado em 1943 em Marília (SP) (BRADESCO, 2013), que apresentou, no período analisado, lucratividade elevada. Passou de cerca de R\$1 bilhão em 1995 para R\$5,7 bilhões em 2012 aumentando em mais de 5 vezes seu lucro líquido.

O Banco do Brasil (BB) faz parte da história do país, pois foi a primeira instituição financeira a operar no Brasil, tendo sido fundado em 1808 (BANCO DO BRASIL, 2013). Como se pode observar na tabela 3, o banco apresentou um prejuízo de R\$6,4 milhões no segundo semestre de 1995, devido à grande inadimplência do crédito rural (SILVESTRINI, LIMA, 2011), não tendo relação, portanto, com a taxa de inflação. Apesar disso, nos anos que se seguiram, o banco apresentou a mesma tendência do Itaú e do Bradesco, com lucros cada vez maiores: no segundo semestre de 1996 auferiu um lucro líquido de R\$952 milhões e, no segundo semestre de 2012, esse valor passou a ser de R\$6,8 bilhões, ou seja, um crescimento de 714% em 17 anos.

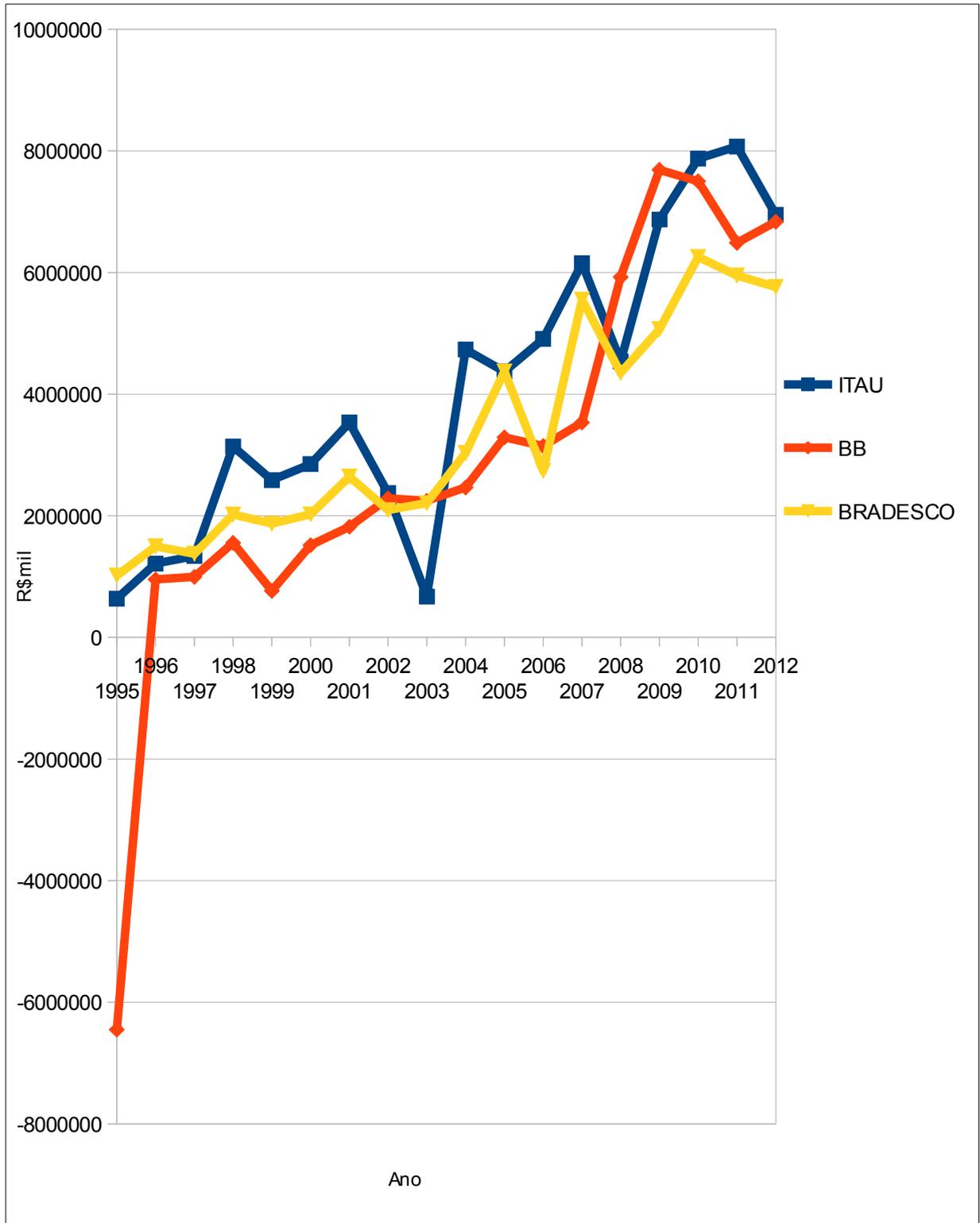
Seguem os valores, ano a ano, referentes ao lucro líquido de cada um desses bancos, entre os anos de 1995 a 2012 e, logo abaixo, o gráfico 6, referente aos mesmos dados:

Tabela 3: Lucro líquido Itaú, BB e Bradesco – 1995 a 2012 (R\$mil)

<b>Ano/ Instituição</b>	<b>ITAU</b>	<b>BB</b>	<b>BRADESCO</b>
1995	R\$ 637.279,90	<b>-R\$ 6.449.014,36</b>	R\$ 1.017.478,42
1996	R\$ 1.214.303,00	R\$ 952.601,59	R\$ 1.497.555,49
1997	R\$ 1.336.942,00	R\$ 994.617,00	R\$ 1.376.745,00
1998	R\$ 3.140.744,00	R\$ 1.554.871,00	R\$ 2.020.642,00
1999	R\$ 2.587.487,00	R\$ 765.886,00	R\$ 1.869.686,00
2000	R\$ 2.849.146,00	R\$ 1.515.920,00	R\$ 2.025.064,00
2001	R\$ 3.533.951,00	R\$ 1.819.572,00	R\$ 2.644.981,00
2002	R\$ 2.373.636,00	R\$ 2.284.939,00	R\$ 2.092.976,00
2003	R\$ 671.545,00	R\$ 2.247.113,00	R\$ 2.208.530,00
2004	R\$ 4.734.315,00	R\$ 2.465.367,00	R\$ 3.035.249,00
2005	R\$ 4.372.008,00	R\$ 3.288.859,00	R\$ 4.375.316,00
2006	R\$ 4.907.990,00	R\$ 3.146.939,00	R\$ 2.739.641,00
2007	R\$ 6.151.254,00	R\$ 3.534.503,00	R\$ 5.554.618,00
2008	R\$ 4.536.611,00	R\$ 5.925.371,00	R\$ 4.351.735,00
2009	R\$ 6.870.728,00	R\$ 7.689.254,00	R\$ 5.067.629,00
2010	R\$ 7.872.650,00	R\$ 7.500.512,00	R\$ 6.255.426,00
2011	R\$ 8.073.506,00	R\$ 6.487.462,00	R\$ 5.950.143,00
2012	R\$ 6.948.886,00	R\$ 6.835.222,00	R\$ 5.763.247,00

Fonte: BACEN, 2013. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>

Gráfico 6: Lucro líquido – Itaú, BB e Bradesco (1995 a 2012)



Fonte: BACEN, 2013. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>

Dessa forma fica visível que, nesse grupo analisado, todos conseguiram se adaptar rapidamente ao novo cenário de inflação controlada, buscando lucros cada vez maiores.

#### 4.3.3 CEF x Safra x Citibank x Banrisul

A Caixa Econômica Federal (CEF), foi criada em 1861 e é responsável por diversos programas sociais do governo, sendo uma empresa 100% pública (CEF, 2013). Semelhante ao ocorrido com o BB, a CEF apresentou um prejuízo de R\$687 milhões no segundo semestre de 2001, devido a problemas com crédito imobiliário, em que teve de transferir R\$40 bilhões de ativos de sua carteira para instituições não-financeiras (ESTADÃO, 2002). Excluindo o ano de 2001, o banco apresentou lucros cada vez maiores: R\$267 milhões no segundo semestre de 1995 e R\$3,2 bilhões no segundo semestre de 2012, sendo assim, atingiu um crescimento de 1198%.

O Banco Safra foi fundado em 1955 e já consta entre os dez maiores bancos privados do país, em termos de ativos. Analisando os dados pesquisados, constata-se que seu lucro líquido não apresentou uma grande evolução, oscilando entre R\$327 milhões no segundo semestre de 1995 e R\$684 milhões no segundo semestre de 2012, praticamente o dobro.

Por outro lado, o Citibank, com mais de 200 anos de história, apresentou grandes variações em seu lucro, como pode ser verificado no gráfico. Registrou prejuízos nos valores de R\$228 milhões, R\$67 milhões e R\$409 milhões no segundo semestre de 1996, de 1997 e de 2004, respectivamente. Não foram verificadas causas pontuais para essas perdas. Apesar disso, o banco alcançou números recordes nos anos de 2002 e 2007: R\$1,7 bilhões no segundo semestre de 2002, motivado por investimentos no exterior e ganho com câmbio (FOLHA DE SP, 2003) e R\$1,6 bilhão, principalmente dividido à venda das ações da Redecard.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) foi criado em 1928 atendendo a reivindicações de fazendeiros que almejavam empréstimos com a garantia de suas terras. Os resultados obtidos pelo banco nos primeiros anos após a implantação do Plano Real evidenciam os problemas pelos quais os bancos estaduais passaram, necessitando de saneamento do governo. O banco apresentou lucro de apenas R\$18 milhões no segundo semestre de 1995 e prejuízos de R\$228 milhões e R\$77 milhões no segundo semestre de 1996 e 1997, respectivamente. Após esse período de readaptação à nova realidade econômica brasileira, o banco vem conseguindo obter lucros crescentes, atingindo quase R\$400 milhões no segundo semestre de 2012, correspondendo a um crescimento de 2222% no período analisado, sendo o banco que mais progrediu entre os 7 analisados em termos percentuais

relativamente ao lucro líquido.

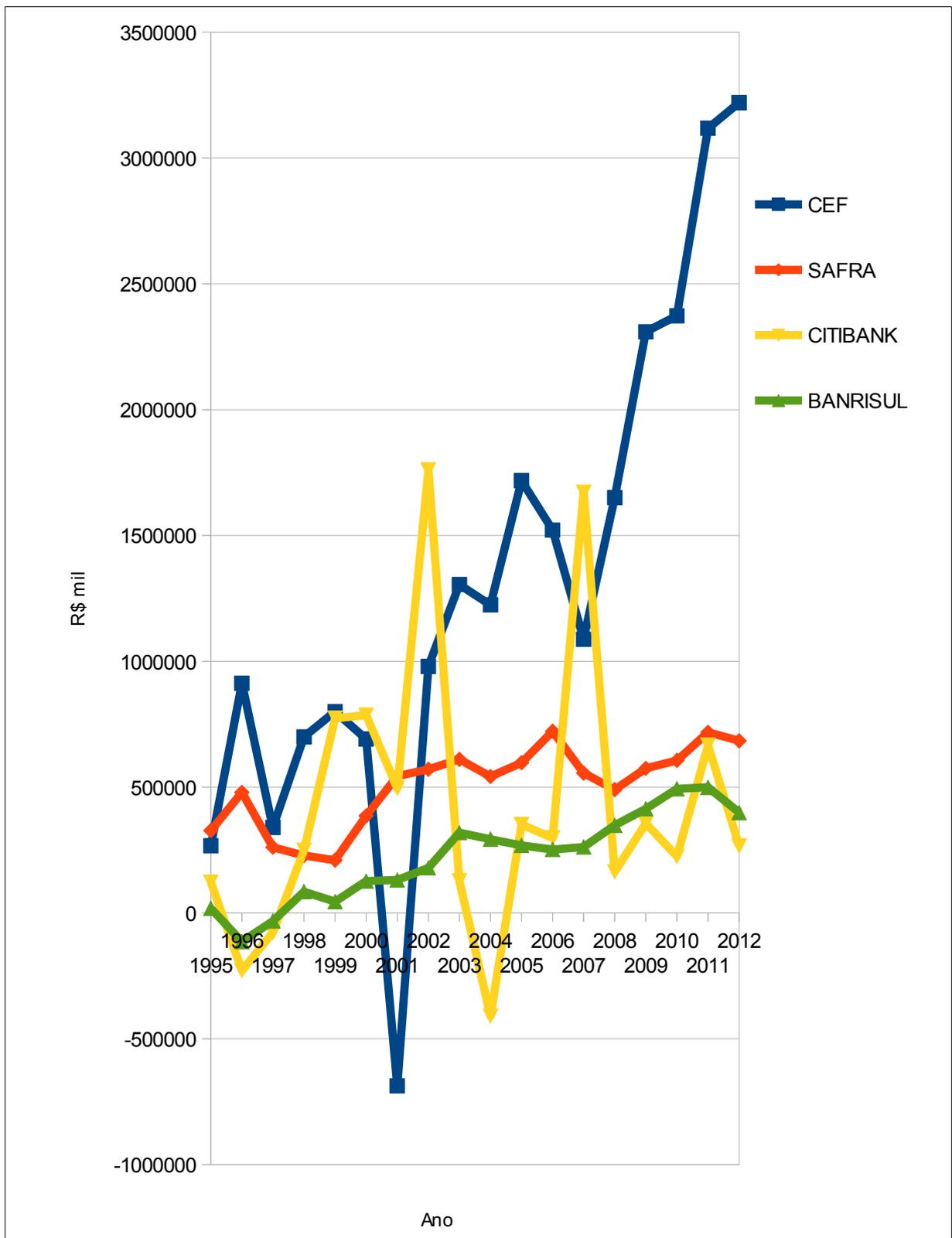
Seguem os valores referentes ao lucro líquido de cada um desses bancos, entre os anos de 1995 a 2012 e, logo abaixo, o gráfico 7, referente aos mesmos dados:

**Tabela 4: Lucro líquido CEF, Safra, Citibank e Banrisul – 1995 a 2012 (R\$mil)**

<b>Ano / Instituições</b>	<b>CEF</b>	<b>SAFRA</b>	<b>CITIBANK</b>	<b>BANRISUL</b>
1995	R\$ 267.099,07	R\$ 327.409,52	R\$ 122.867,94	R\$ 18.507,41
1996	R\$ 912.985,83	R\$ 478.882,00	<b>-R\$ 228.536,05</b>	<b>-R\$ 113.440,46</b>
1997	R\$ 339.773,00	R\$ 261.099,00	<b>-R\$ 77.401,00</b>	<b>-R\$ 32.085,00</b>
1998	R\$ 699.805,00	R\$ 228.798,00	R\$ 249.462,00	R\$ 84.873,00
1999	R\$ 800.411,00	R\$ 209.701,00	R\$ 773.823,00	R\$ 45.249,00
2000	R\$ 691.096,00	R\$ 385.815,00	R\$ 786.560,00	R\$ 127.028,00
2001	<b>-R\$ 687.027,00</b>	R\$ 543.504,00	R\$ 495.703,00	R\$ 131.071,00
2002	R\$ 980.056,00	R\$ 570.853,00	R\$ 1.760.707,00	R\$ 179.315,00
2003	R\$ 1.304.928,00	R\$ 610.773,00	R\$ 127.926,00	R\$ 319.051,00
2004	R\$ 1.224.118,00	R\$ 542.250,00	<b>-R\$ 409.209,00</b>	R\$ 293.112,00
2005	R\$ 1.717.851,00	R\$ 597.280,00	R\$ 351.726,00	R\$ 268.553,00
2006	R\$ 1.521.523,00	R\$ 722.370,00	R\$ 297.868,00	R\$ 252.264,00
2007	R\$ 1.088.077,00	R\$ 555.795,00	R\$ 1.671.524,00	R\$ 262.273,00
2008	R\$ 1.650.620,00	R\$ 490.389,00	R\$ 163.834,00	R\$ 348.153,00
2009	R\$ 2.309.276,00	R\$ 574.804,00	R\$ 356.022,00	R\$ 414.097,00
2010	R\$ 2.373.131,00	R\$ 606.482,00	R\$ 224.738,00	R\$ 493.422,00
2011	R\$ 3.118.121,00	R\$ 717.833,00	R\$ 666.767,00	R\$ 499.589,00
2012	R\$ 3.219.706,00	R\$ 684.223,00	R\$ 266.663,00	R\$ 399.006,00

Fonte: BACEN, 2013. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>

**Gráfico 7: Lucro líquido - CEF, Safra, Citibank e Banrisul (1995 a 2012)**



Fonte: BACEN, 2013. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>

Analisando o Gráfico 7, nota-se que apenas o banco Safra manteve-se estável em relação aos lucros apresentados. A CEF e o Citibank, conforme já esclarecido, passaram por momentos desastrosos, apresentando resultados negativos em determinados períodos, porém sem relação com a taxa de inflação. O Banrisul foi o único banco que passou por um período de resultados ruins e negativos logo após a implantação do Plano Real, o que torna evidente que o banco não estava preparado para o novo cenário econômico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após atravessar longos períodos de hiperinflação e inúmeras tentativas infelizes de reversão desse quadro, o país finalmente alcançou a estabilidade de preços a partir da implantação do Plano Real em 1994.

Até então, os bancos dispunham de ferramentas que propiciavam lucros altos e de fácil obtenção, alcançando bons resultados mesmo na “década perdida”, como ficaram conhecidos os anos 1980 pela má situação econômica do país.

Essas ferramentas (*floating, overnight e spread*) deixaram de ser úteis no momento em que o nível geral de preços foi estabilizado. A partir disso, os bancos precisaram buscar novas fontes de lucro, como a expansão da oferta de crédito e a cobrança de tarifas.

Partindo, então, do pressuposto de que no período anterior à implantação do Plano Real os bancos auferiam lucros elevados, e analisando os dados apresentados no trabalho referentes aos lucros dos bancos, conclui-se que, em geral, os bancos se adaptaram ao cenário econômico pós-Plano Real, mantendo uma tendência crescente nos lucros obtidos.

Das 7 instituições analisadas com mais detalhes (Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, CEF, Safra, Citibank e Banrisul), os bancos Itaú, Bradesco e Safra obtiveram lucros cada vez maiores a partir do segundo semestre de 1995, o que demonstra que conseguiram alternativas para seu crescimento independente da taxa de inflação apresentada no período.

Os bancos CEF, BB, Citibank e Banrisul chegaram a apresentar resultados negativos após a estabilização de preços porém, os três primeiros, se justificam por situações específicas de cada instituição, não relacionadas à taxa de inflação. O Banrisul é o único banco, entre os analisados, que permite se chegar a conclusão de que a taxa de inflação pode causar variação no lucro dos bancos, porém apenas num momento inicial. O banco conseguiu sobreviver à crise dos bancos estaduais, beneficiado pelo PROES e, a partir de 1998 passou a atingir resultados cada vez melhores.

Conclui-se, então, que os bancos não dependem da taxa de inflação para auferir seus lucros cada vez maiores. A taxa de inflação pode sim causar algum impacto, porém momentâneo, bastando o banco se adaptar e buscar diferentes alternativas de crescimento.

## REFERÊNCIAS

ANBIMA. **Basileia III**: Novos desafios para a adequação da regulação bancária. Rio de Janeiro. 2010.

Banco Bradesco S/A. Disponível em <http://www.bradesco.com.br>. Acesso em 15/06/2013

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 01/05/2013

Banco do Brasil. Disponível em <http://www.bb.com.br>. Acesso em 15/06/2013

Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.banrisul.com.br>. Acesso em 15/06/2013

Banco Itaú. Disponível em <http://www.itaubank.com.br>. Acesso em 15/06/2013

Banco Safra. Disponível em <http://www.safra.com.br>. Acesso em 15/06/2013

BACHA, Carlos José C.; LIMA, Roberto Arruda de S.. **Macroeconomia**: Teorias e aplicações à economia brasileira. Campinas: Alínea, 2006.

ESTADÃO, jornal eletrônico. **CEF fechou 2001 com prejuízo**. Disponível em <http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2002/not20020130p23929.htm>. Acesso em: 14/06/2013.

Caixa Econômica Federal. Disponível em <http://www.caixa.gov.br>. Acesso em 15/06/2013

Citibank. Disponível em <http://www.citibank.com.br>. Acesso em 15/06/2013

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; TONETO Jr., Rudinei.

**Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2012.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia.** São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

MARINHO, Henrique. **Política monetária no Brasil:** da teoria à prática. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MENDONÇA, Ana Rosa R. de; ANDRADE, Rogério Pereira de. **Regulação bancária e dinâmica financeira:** Evolução e perspectivas a partir dos Acordos de Basiléia. Campinas: Unicamp, 2006.

MODENESI, André de Melo. **Regimes monetários:** teoria e experiência do real. Barueri: Manole, 2005

REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Securitização da dívida rural brasileira: o caso do Banco do Brasil de 1995 a 2008.** Disponível em <http://www.scielo.br/>. Acesso em 15/06/2013.

RIBEIRO, Oscar Felipe R.; TONIN, Julyerme M.. **Análise da concorrência bancária no Brasil pós Plano Real.** (Artigo). Maringá: UEM. 2010.

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia.** São Paulo: Makron Books, 2000.

SALVIANO JR., Cleofas. **Bancos Estaduais:** dos problemas crônicos ao PROES. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

**ANEXO A - COMUNICADO N. 012746**

Comunica os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital - Basiléia II.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 08 de dezembro de 2004, tendo em conta as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia (Comitê) contidas no documento "Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: Uma Estrutura Revisada" (Basiléia II), que trata do estabelecimento de critérios mais adequados ao nível de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras para fins de requerimento de capital regulamentar, e objetivando observar tais diretrizes, adaptadas às condições, peculiaridades e estágio de desenvolvimento do mercado brasileiro, decidiu adotar os seguintes procedimentos para a implementação de Basiléia II, ressaltando que as recomendações contidas no Pilar 2 (Processos de Supervisão) e no Pilar 3 (Transparência e Disciplina de Mercado) serão aplicadas a todas as instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

2. Quanto às diretrizes para requerimento de capital para fazer face ao risco de crédito, estabelecidas no Pilar 1 de Basiléia II:

I - o Banco Central do Brasil não utilizará ratings divulgados pelas agências externas de classificação de risco de crédito para fins de apuração do requerimento de capital;

II - deverá ser aplicada à maioria das instituições financeiras a abordagem padrão simplificada, que consiste em um aprimoramento da abordagem atual mediante a incorporação de elementos que, a exemplo dos instrumentos específicos para mitigação de risco de crédito, possibilitem uma melhor adequação do requerimento de capital às características das exposições, considerando as demandas do Banco Central do Brasil relativamente à suas atribuições de órgão supervisor e a melhor alocação de recursos pelas instituições financeiras menores, com a conseqüente revisão dos fatores de ponderação de risco de crédito determinados pela tabela anexa à Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994;

III - às instituições de maior porte, com atuação internacional e participação significativa no SFN, será facultada a utilização de abordagem avançada, com base em sistema interno de classificação de risco, após período de transição, a ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil, em que deverá ser adotada a abordagem padrão simplificada e, posteriormente, a abordagem fundamental (ou básica) de classificação interna de riscos

3. Relativamente à nova parcela de requerimento de capital para cobrir riscos operacionais, prevista igualmente no Pilar 1, estão em andamento estudos e testes que auxiliarão o Banco Central do Brasil a identificar a melhor forma de aplicação e a metodologia mais adequada ao SFN, sendo que a expectativa é de que as instituições elegíveis à utilização da abordagem avançada, com base em sistema interno de classificação de risco de crédito, se tornem elegíveis à utilização de abordagens avançadas de mensuração do risco operacional.

4. Em complementação, para a total aplicação das recomendações contidas na Emenda ao Acordo de Basiléia de 1988, publicada em 1996, que não foi alterada por Basiléia II, os requerimentos de capital para risco de mercado serão expandidos para incluir as exposições ainda não contempladas e permitida a utilização de modelos internos para as instituições que cumprirem os critérios de elegibilidade a serem divulgados.

5. As regras e critérios referentes à implementação de Basiléia II serão os mesmos para instituições de capital nacional ou estrangeiro. Nesse sentido, os requisitos e exigências para validação de sistemas internos de classificação de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, serão os mesmos para todas as instituições que operem no Brasil.

6. Assim, o Banco Central do Brasil deverá proceder a implementação da nova estrutura de acordo com o seguinte planejamento, ressaltando que, apesar de as ações aqui descritas voltarem-se primordialmente ao Pilar 1, a cada uma corresponderão ações equivalentes no âmbito do Pilar 2 (Processos de Supervisão) e Pilar 3 (Transparência e Disciplina de Mercado):

I - até o final de 2005: revisão dos requerimentos de capital para risco de crédito para adoção da abordagem simplificada e introdução de parcelas de requerimento de capital

